



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ref.

Autos nº 0600036-23.2024.6.21.0110 - Recurso Eleitoral

Procedência: 110ª ZONA ELEITORAL DE TRAMANDAÍ

Recorrente: KEVILIN RAMOS AMADOR

Relator: DES. MÁRIO CRESPO BRUM

RECURSO ELEITORAL. PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA INDEFERIDO. PERDA SUPERVENIENTE DE INTERESSE PELO INDEFERIMENTO DO REGISTRO DE CANDIDATURA. CASO ANALISADA A QUESTÃO DE FUNDO, MERECE ACOLHIMENTO A PRETENSÃO RECURSAL, DIANTE DO SILÊNCIO DO PL, DO RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO PELO PSBD E DE MODO A RESPEITAR A MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DO CIDADÃO E A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO. PARECER PELA EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO E, CASO NÃO ACOLHIDA TAL PREFACIAL, PELO PROVIMENTO DO RECURSO.

Exmo. Relator:

Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul:

I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por KEVILIN RAMOS AMADOR contra sentença que **indeferiu** pedido objetivando o **reconhecimento de sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) a partir de 21.03.24** e consequente **desconsideração da filiação, a partir de 05.04.24**, registrada ao Partido Liberal (PL).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

O indeferimento foi embasado, em síntese, na falta de documentação idônea e suficiente para demonstrar a má-fé ou desídia do PL, situações que poderiam ensejar o acolhimento do requerimento. (ID 45677936)

Inconformado, o recorrente alega que “jamais pleiteou sua filiação junto ao PL após sua filiação junto ao PSDB”; que o PL foi intimado, porém não se manifestou, devendo ser decretada sua revelia e presumidos verdadeiros os fatos descritos na inicial; que não pode sofrer o prejuízo de não poder participar da campanha eleitoral, “vez que candidato a vereador pelo PSDB”. Assim, pugna pelo reconhecimento de sua filiação ao PSDB. (ID 45677941)

Após, foi dada vista dos autos a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

O processo deve ser **extinto sem julgamento do mérito**.

Conforme as razões recursais acima relatadas, o **pedido de regularização** formulado nestes autos **se justifica pelo lançamento de sua candidatura** para o cargo de vereador pelo PSDB. **Todavia, o respectivo RCand foi indeferido** nos autos nº 0600536-89.2024.6.21.0110, em sentença não impugnada que, dessa maneira, **transitou em julgado**, consoante certificado naquele feito.. Logo, **não haverá candidatura**, de modo que se constata a **perda** superveniente de **interesse na prestação jurisdicional nesta causa**, o que deve implicar a **extinção** desta **sem julgamento do mérito**, com base no art. 485, VI, do CPC.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Se, contudo, afastada a referida preliminar processual, quanto ao **mérito**, **assiste razão** ao recorrente.

Diante da coexistência de filiações partidárias, deve prevalecer, na medida do possível, a solução que preserve a autonomia da vontade do cidadão, em respeito à **liberdade de associação**, prevista constitucionalmente. Sobre esse tema, o TSE¹ já assentou que “O disposto no art. 5º, XVII, da CF garante a todos a plena liberdade de associação, sendo vedada a interferência estatal, de modo que **não se pode compelir quem quer que seja a se manter vinculado a determinada pessoa jurídica**, no caso, a partido político.”

Nessa linha, observa-se a **firme manifestação de vontade do recorrente de permanecer filiado ao PSDB**.

Essa pretensão está calcada não apenas na ficha de filiação ao PSDB (ID 45677915, p. 1) - documento produzido unilateralmente, que não serve para comprovar a filiação, de acordo com o enunciado da Súmula TSE nº 20 - mas também pela **certidão de filiação partidária** (ID ID 45677915, p. 2), **documento dotado de fé pública que demonstra a filiação ao PSDB no dia 21.03.24**.

Outrossim, a filiação foi expressamente **confirmada pelo PSDB** em declaração por escrito prestada pelo Presidente do Diretório Municipal (ID 45677929).

Por outro lado, o **PL de Tramandaí** foi devidamente intimado para se pronunciar sobre a filiação (ID 45677918), porém **deixou transcorrer o prazo sem apresentar explicação**, circunstância que indica desinteresse no esclarecimento dos fatos.

¹ Recurso Especial Eleitoral 060010465/AL, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Acórdão de 11/02/2021, Publicado no DJE 52, data 23/03/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Nesse contexto, impõe-se o **reconhecimento da filiação ao PSDB** e a consequente exclusão do vínculo com o PL.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pela **extinção do processo sem resolução do mérito** e, caso adentre na questão de fundo, pelo **provimento** do recurso.

Porto Alegre, 9 de setembro de 2024.

ALEXANDRE AMARAL GAVRONSKI

Procurador Regional Eleitoral Auxiliar

RN